

4. PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO, OBRAS DE CONSERVAÇÃO E BENEFICIAÇÃO, RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO, PRORROGAÇÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA:

Da **Divisão Financeira** submetendo à consideração do Executivo os seguintes pedidos de isenção ou redução de taxas e outras receitas municipais (H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º) do Código Regulamentar do Município de Braga, nos termos das informações que vão em anexo.

- Alberto Filipe Ribeiro de Abreu Araújo – valor: 562,03 €;
- Centro Social “Aldeia da Gente Pequena”- valor: 72,50 €;
- António Soares Ferreira – valor: 1.903,85 €;
- Caixa de crédito Agrícola Mútuo do Alto Cávado e Basto, CRL – valor: 137, 86 €;
- Condomínio do prédio sito na Rua Conselheiro Januário, nº 95,97 e 99 – valor: 368,40 €;
- Condomínio do prédio sito na Rua do Raio, nºs 47, 49 e 51 – valor: 343,90 €;
- SOCICORREIA II – Investimentos Imobiliária, SA – valor: 3.048,54€
- Rui Filipe Antunes Ferreira – valor: 627,14 €;
- Horizonte Secular, Lda, valor: 4.407,25 €;
- Lar Conde Agrolongo – valor: 304,70 €;
- Multiviera Unipessoal, Lda – valor: 187,10 €;
- Luis José Peixoto Soares Barbosa – valor: 334,10 €;
- João Esteves da Silva – valor: 167,50 €;
- Condomínio do prédio da Rua D. Pedro V, nºs 52 e 54 – valor: 143,00€;
- Condomínio do prédio sito na Rua do Raio, nº 296 – valor: 657,50 €;
- Centro Social Padre David Oliveira Martins – valor: 1.526,31 €.

À 19 de Junho.
19.09.26
[Signature]

Nº Informação: 28086

Data: 18/09/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 2008/450.10.204/3073 – **Alberto Filipe Ribeiro de Abreu Araújo**, com o número de identificação fiscal 154 775 851 - taxas de Ocupação de Espaço Público (tapume) para realizar obras de conservação de fachada do imóvel sito no Gaveto da Rua Dr. Francisco Sanches, nº 44 com a Rua do Souto, nº 70 - União das Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), no valor de **562,03€** (Quinhentos e sessenta e dois euros e três cêntimos) .

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe;

a) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

i - Emissão do alvará de licença: 96,56€

ii - Prazo da licença - (1 mês): 14,46€

iii - OEP: 172,55€

iv - Tapume: 278,46€

TOTAL = 562,03€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/32057 datada de 16/10/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

[Signature]

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

Concedido.
À consideração superior.
Bragança, 18/09/19.

Concedido. À consideração superior.

2019/09/20



Concedido.
O Diretor Municipal de Gestão Municipal, Planeamento e Prospeção
Miguel Antunes Guimarães

Utilizador: Luisa Maria Dias Braga

A. M. L. Santos.

19.09.26

[Signature]

Nº Informação: 19004

Data: 21/06/2019

Assunto: Análise e Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 99/2014 – Taxas de Primeira Prorrogação do alvará nº 66/2019 referente a obra sita na Rua do Tourido, 60, União das freguesias de Real, Dume e Semelhe, deste concelho, em nome de Centro Social "Aldeia da Gente Pequena", contribuinte nº 505332558, no valor de 72,50€ (setenta e dois euros e cinquenta cêntimos)

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe

i) – Prorrogação do alvará de obras de edificação = 57,55€

ii) Prazo a prorrogar = 1 mês x 14,95 = 14,95€

Total – 72,50€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através de I/ 10871 de 05/04/2019

O artigo H-1/16º refere:

Podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais:

- a) As freguesias;
- b) As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;
- c) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;
- d) As pessoas coletivas religiosas;
- e) As associações desportivas legalmente constituídas;
- f) Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;
- g) As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas.

A isenção pode ser fundamentada pela alínea b) do artigo H-1/19º que refere: "As isenções e reduções previstas no presente Título visam: b) Facilitar a concretização das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades abrangidas;".

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais

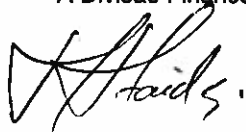
[Signature]

[Signature]

de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior

A Divisão Financeira.



Concedido.
A consideração superior.
(Miguel Antunes)

Concedido. À consideração superior.

Foi emitido o parecer jurídico emitido no âmbito do nº 25/65 da DN6AP, datado de 22/1/2019, cujo texto obtiveram os poderes firmes do h.

Dir. DN6AP e do h. Presidente.

2019/09/20



Concedido.
O Diretor Municipal de Gestão da Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães
22/01/2019

A ... do ...

19.09.26

[Handwritten signature]

Nº Informação: 18249

Data: 14/06/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 453/2017, taxas de reconstrução e ampliação e ocupação da via pública no prédio sito na Rua Dr. Domingos Soares, nº 78/82, freguesia de S. Vicente, desta cidade, em nome de António Soares Ferreira, identificação fiscal nº 124460879, no valor de 1 903,85 € (mil novecentos e três euros e oitenta e cinco cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 98,65€
- ii) Prazo = 8 meses x 14,95€ = 119,60€
- iii) Tapume = 10,00m + 3,50m + 3,50m = 17,00mx3 pisos x 8 meses x 2,45€ = 999,60€
- iv) OVP e Grua = 10,00m + 3,50m = 35,00m x 8 meses x 2,45€ = 686,00 €

Total – 1 903,85€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através do I/14660, datado de 15/05/2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

A Consideração Superior,

A Divisão Financeira,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

2019/09/26

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

[Handwritten signature]

25/09/2019

Nº Informação: 17949

Data: 12/06/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 466/2019 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Cávado e Basto, CRL, com o número de identificação fiscal 509 551 793 – taxa de Ocupação do Espaço Público (lugar de estacionamento para uma carrinha de caixa aberta até 1.500 Kg) para realização de obras de conservação e beneficiação do interior do imóvel sito na Rua Eça de Queirós, n.º 132, União de Freguesias de Braga (São José de S. Lázaro e São João do Souto), no valor de 137,86€ (cento e trinta e sete euros e oitenta e seis cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) OEP: 24,26€

TOTAL = 137,86€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 4157, de 06 de fevereiro de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais

Handwritten signatures:
JCB
Pauvoldg.

de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

(sem a minha concordância,
a consideração superior,
Duroude, 25/06/19.

Com o. A. m. h. a. d. n. p. m. l.
f. m. .

2019/09/10 2

→

Amado
O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães
11/9/19

A. m. h. a. d. n. p. m. l.

19/09/11

→

Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 18596

Data: 18/06/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 305/2019 - **Condomínio do Prédio sito na Rua Conselheiro Januário, n.ºs 95, 97 e 99**, com o número de identificação fiscal 901 767 875 – taxa de Ocupação do Espaço Público (auto - grua) para realização de obras de conservação do imóvel sito na Rua Conselheiro Januário, n.ºs 95, 97 e 99, Freguesia de S. Vicente, Braga, no valor de **368,40€** (trezentos e sessenta e oito euros e quarenta cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) OEP: 49,00€
- iv) Tapume: 205,80€

TOTAL = 368,40€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 6299, de 26 de fevereiro de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a

770
Recebido

aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Com o muito concordância,
e considerações superiores.
Debendo, 02/09/19

Com o muito concordância,
e considerações superiores.

2019/09/02

Com o muito concordância,
e considerações superiores.
Debendo, 02/09/19

des

A S. L. E. L. L.

19/09/11



Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 21568

Data: 15/07/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 730/2019 - **Condomínio do Prédio sito na Rua do Raio, n.ºs 47, 49 e 51**, com o número de identificação fiscal 902 081 438 – taxa de Ocupação do Espaço Público (tapume/andaime) para realização de obras de conservação do imóvel sito na Rua do Raio, n.ºs 47, 49 e 51, União das Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), no valor de **343,90€** (trezentos e quarenta e três euros e noventa cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) Tapume: 156,80€
- iv) OEP: 73,50€

TOTAL = 343,90€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 17046, de 04 de junho de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a

Raibonda

YB

aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

*Concedido. À consideração superior.
Bem-haver, 02/09/19.*

*Concedido. À ordem do Dr. Rafael
Júnior.*

2019/09/02

[Signature]

Concedido
[Stamp: Câmara Municipal de Braga, Administração e Prospeção, Miguel Antunes Guimarães]

À ordem do Dr. Rafael

19/09/19

[Signature]

Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 22654

Data: 24/07/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 94/2019 – **SOCICORREIA II – Investimentos Imobiliários, S.A.**, com o número de identificação fiscal 510 137 687 – taxas de Licença e de Ocupação do Espaço Público (tapume/andaime e contentor) para remodelação e ampliação do imóvel sito na Rua dos Chãos, n.ºs 33 a 41, União das Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), no valor de **3.048,54€** (três mil e quarenta e oito euros e cinquenta e quatro cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Licença para a realização de obras de edificação ou alterações

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (12 meses): 179,40€
- iii) Reconstrução e ampliação da edificação (853,03 m²): 980,99€
- iv) Área de varanda/terraços e saguão (67,60 m²): 77,74€
- v) Elevador (1 unidade): 61,70€

b) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (9 meses): 134,55€
- iii) Tapume: 864,59€
- iv) OEP: 375,87€
- v) OEP (contentor): 176,40€

TOTAL = 3.048,54€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através da Informação n.º 21310, de 12 de julho de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção,

240

Divisão

essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

*Concordo. À consideração superior.
Recebido, 02/09/19.*

Concordo.
Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

9/9/2019

Concordo. À ordem do Dr. Miguel
[assinatura]

2019/09/02

[assinatura]

À vs do Excmo.

199911

[assinatura]

Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 22843

Data: 25/07/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 705/2016 – Rui Filipe Antunes Ferreira, com o número de identificação fiscal 231 498 136 – taxas de Licença para reconstrução e ampliação do edifício sito no Bairro de Nossa Senhora do Monte, n.º 105, União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe, no valor de **627,14€** (seiscentos e vinte sete euros e catorze cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- a) Taxas de Licença para a realização de obras de reconstrução e ampliação
 - i) Emissão de alvará de licença: 95,56€
 - ii) Prazo da licença (22 meses): 314,82€
 - iii) Áreas brutas de construção a liquidar (197,05 m²): 216,76€

TOTAL = 627,14€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através da Informação n.º 2260, de 04 de setembro de 2017.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais

JB

Antunes

de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Concordo. À consideração superior.
Rui Nunes, 02/09/19.

2.º Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

Concordo
9/9/2019

Concordo. À consideração superior.
Rui Nunes, 02/09/19.

2019/09/02

+

À consideração superior

192911

+

Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 22985

Data: 26/07/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 1260/2018 – **Horizonte Secular Lda.**, com o número de identificação fiscal 514 823 917 – taxa de Ocupação de Espaço Público (andaime/tapume, contentor e grua) para realizar obras de conservação do imóvel sito na Rua D. Pedro V, n.º 290, Freguesia de S. Victor, Braga, no valor de **4.407,25€** (quatro mil quatrocentos e sete euros e vinte cinco cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação do Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará: 98,65€
- ii) Prazo da licença (6 meses): 89,70€
- iii) OEP: 2.425,50€
- iv) Tapume: 1.793,40€

TOTAL = 4.407,25€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através da Informação n.º 11149, de 09 de abril de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação **MyDoc Win** e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais

JB

Ramonde

de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Concedido. A coordenação superior.
Recebido, 02/03/19.

Concedido. À unidade do R. Miguel...

2019/04/02

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospeção
Miguel Antunes Guimarães
9/9/2019

A ... do ...

192911



Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 24676

Data: 12/08/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 936/2019 – **Lar Conde de Agrolongo**, com o número de identificação fiscal 500 032 017 – taxa de Ocupação de Espaço Público (camião-grua) para realizar obras de conservação e beneficiação do imóvel sito no gaveto da Avenida Visconde Nespereira, n.º 55 com a Praça do Comércio, n.º 57, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de **304,70€** (trezentos e quatro euros e setenta centimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação do Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) Tapume: 117,60€
- iv) OEP: 73,50€

TOTAL = 304,70€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através da Informação n.º 22597, de 24 de julho de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

JO

D. António

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Concedido: A construção superior.
Ratificado, 02/09/15.

Concedido: A pedido do Sr. Miguel Jesus.

2019/09/02

O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães
9/9/20

A 5 de Setembro

190911



Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 24737

Data: 13/08/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 839/2019 – **Multivieira Unipessoal, Lda.**, com o número de identificação fiscal 510 762 662 – taxa de Ocupação de Espaço Público (dois camiões, um dos quais com grua móvel) para realizar obras de conservação do imóvel sito na Rua da Boavista, n.ºs 200 a 210, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), no valor de **187,10€** (cento e oitenta e sete euros e dez cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação do Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) OEP: 73,50€

TOTAL = 187,10€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através da Informação n.º 18180, de 13 de junho de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,

JB
racional

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.


Joana Barroso

Concedido. À consideração superior. Alameda, 02/09/15.

Concedido. À consideração superior. Alameda, 02/09/15.

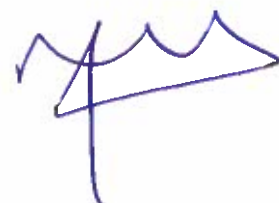
2014/09/02




O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães
9/9/15

À consideração superior.

19/09/11



Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 24935

Data: 14/08/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 893/2019 – **Luís José Peixoto Soares Barbosa**, com o número de identificação fiscal 111 181 305 – taxas de Ocupação de Espaço Público (tapume/resguardo) para realizar obras de conservação do imóvel sito na Avenida Central, n.º 9, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de **334,10€** (trezentos e trinta e quatro euros e dez cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação do Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) OEP: 66,15€
- iv) Tapume: 154,35

TOTAL = 334,10€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através da Informação n.º 20625, de 08 de julho de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a

JB

Daniel



aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Concordo. À consideração superior.
Rui Mendes, 02/09/19.

Concordo. À consideração do Sr. Miguel Ferreira.
2019/09/02

duro

Concordo -
Municipal de Gestão, Administração e Prospeção
Miguel António Guimarães

À consideração superior.

19/09/19

Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 25828

Data: 26/08/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 4374/1998 – João Esteves da Silva, com o número de identificação fiscal 133 104 265 – taxas de Ocupação de Espaço Público (tapume/andaime) para realizar obras de conservação do imóvel sito na Rua de Janes, n.º 38, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 167,50€ (cento e sessenta e sete euros e cinquenta cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação do Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) Tapume: 44,10€
- iv) OEP: 9,80€

TOTAL = 167,50€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através da Informação n.º 18785, de 19 de junho de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais

20

20

de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Concordo. À consideração
superior. 12/09/2019.

Concordo. À consideração de D. Miguel Antunes.

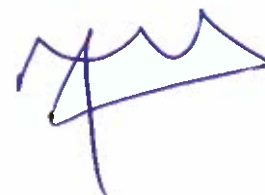
2019/09/10 2



Concordo.
O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

A S. de E. de E.

19/09/11



Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 25998

Data: 27/08/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 942/2019 – Condomínio do Prédio da Rua D. Pedro V n.ºs 52 e 54, com o número de identificação fiscal 901 955 671 – taxas de Ocupação de Espaço Público (baías/barreiras de segurança para proceder à abertura de rasgo/vala) para realizar obras de conservação do imóvel sito na Rua D. Pedro V, n.ºs 52 e 54, Freguesia S. Victor, Braga, no valor de 143,00€ (cento e quarenta e três euros). As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação do Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) OEP: 29,40€

TOTAL = 143,00€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através da Informação n.º 19340, de 26 de junho de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais

27/08

Recebido

de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Concordo. A Lourenço mtra.
Referendo, 02/09/19.

Concordo. A ordem do Sr. Rafael Soares.

2019/09/02



Concordo.
O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

A ... do ...

190911



Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 26209

Data: 29/08/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 874/2019 – **Condomínio do Prédio da Rua do Raio, n.º 296**, com o número de identificação fiscal 901 362 450 – taxas de Ocupação de Espaço Público (tapume/andaime) para realizar obras de conservação do imóvel sito na Rua do Raio, n.º 296, União das Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de **657,50€** (seiscentos e cinquenta e sete euros e cinquenta cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação do Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) Tapume: 470,40€
- iv) OEP: 73,50€

TOTAL = 657,50€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através da Informação n.º 21502, de 15 de julho de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a

JB

Deputada

aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Concordo.
à Comissão superior.
12/09/19, 02/09/19.

Concordo. À Comissão de Dr. Miguel Figueira.

2019/09/02

[Handwritten signature]

Concordo.
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

[Handwritten signature]

19/09/11

[Handwritten signature]

Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 24729

Data: 13/08/2019

Assunto: Análise e Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº14213/2017 –Taxas de licença e oep, para obras de ampliação e alteração da estrutura residencial para pessoas idosas, sita na Rua do Centro Social, nº 58, freguesia de Ruilhe, deste concelho, contribuinte nº 500 899 592, **Centro Social Padre David de Oliveira Martins**, no valor de **1 526,31€** (mil quinhentos e vinte e seis euros e trinta e um cêntimos)

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe

- I Emissão de alvará de licença = 98,65€
- ii Prazo da licença = 18 meses x 14,95€ = 269,10€
- iii) Área total de remodelação = 453,32m² x 1,15€ = 521,32€
- iv) Área de alpendre e rampas de acesso = 192,86 m² x 1,15€ = 221,79€
- v) Emissão de licença de OEP = 98,65€
- vi) Prazo da licença = 3 meses x 14,95€ = 44,85€
- vii) Tapume = 11m+1,00m+1,00 = 13,00m x2 pisos x 3 meses x 2,45€ = 191,10€
- viii) OEP = 11,00mx 1,00m = 11,00m² x 3 meses x 2,45€ = 80,85€

Total -1 526,31€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através de I/23797 de 02/08/2019

O artigo H-1/16º refere:

Podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais:

- a) As freguesias;
- b) As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;
- c) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;
- d) As pessoas coletivas religiosas;
- e) As associações desportivas legalmente constituídas;
- f) Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;
- g) As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas.

Raibanda.

[Assinatura]



A isenção pode ser fundamentada pela alínea b) do artigo H-1/19º que refere: "As isenções e reduções previstas no presente Título visam: b) Facilitar a concretização das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades abrangidas;".

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior

A Divisão Financeira.

[Handwritten signature]

A ... do ...

192941

[Handwritten signature]

*Concordo.
À Consideração Superior.
Recebido, 04/09/2019.*

*Concordo com a ... À ... de ... DNBAP, Av.
Rafael ...*

2019/09/04

[Handwritten signature]

Concordo
O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães
9/9/2019

Informação - 2565

Assunto: Análise Isenções de taxas relativas a operações urbanísticas de reconstrução e ampliação

Processo n.º 401/URB/PROC/15 MCSR Construções, Lda.

*Conclui.
A Div. Financeira para
os devidos efeitos.*

1901-24
[Assinatura]

1 - No processo supra identificado foi solicitado parecer jurídico, pelo Sr. Diretor da DMGAP, no sentido de esclarecer se *"A isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente) ou subjetiva (que é atribuída em função da qualidade do requerente)..."*

Analizados os elementos disponíveis, verifica-se que a questão levantada se prende com a isenção ou aplicação de taxas por obras de reconstrução e ampliação de edifícios no centro histórico, promovidas por empresa de construção.

2 - Para enquadrar a questão, cumpre, antes de mais, invocar a mudança de paradigma instituída com as alterações legislativas e regulamentares determinadas pelo **Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRE)**, DL n.º 307/2009, de 23 de outubro, que consagrou um conjunto de reformas nos procedimentos administrativos, que visou a agilização, flexibilização e simplificação das operações urbanísticas em áreas de reabilitação urbana, tal como de edifícios ou frações, mesmo estando fora de áreas de reabilitação urbana, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos e em que se justifique essa intervenção.

Com efeito, ao sublinhar a importância da reabilitação urbana como fator de desenvolvimento das cidades e da economia no país, estabeleceu-se um regime para a "proteção do existente", que permitiu dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção em geral.

No seguimento dessa política de salvaguarda, foi também publicado o **Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de Abril (RERU)**, que instituiu um Regime Excecional e temporário de reabilitação de edifícios, abrangendo as obras de conservação, de alteração, de reconstrução

e de construção e ampliação, quando estas últimas sejam condicionadas por certas características pré-existentes, juntamente com as alterações de utilização. O RERU visou, em complemento das medidas consagradas no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção, quando as mesmas, por terem sido orientadas para a construção nova e não para a reabilitação de edifícios existentes, possam constituir um entrave à dinamização da reabilitação urbana.

Como instrumento adicional de estímulo às operações de requalificação urbana, incentivando os particulares a uma intervenção mais ativa no processo e ao estabelecimento de parcerias com as entidades públicas, consagrou-se um conjunto de **benefícios fiscais**.

O **Estatuto dos Benefícios Fiscais** instituiu, na verdade, um conjunto de incentivos específicos em matéria de reabilitação urbana, para prédios urbanos objeto de ações de reabilitação localizados em ARU, em matéria de IMI, IRS, mais-valias, rendimentos prediais e IVA.

3 - Ora, neste contexto legislativo, o Município de Braga, foi adaptando os seus regulamentos e adotou, também, medidas de incentivo à revitalização e reabilitação de edifícios, nomeadamente, no centro histórico - vide Artigo B-3/4.º, do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB).

Assim, dispõe o artigo B-3/4.º: *"Tendo em vista incentivar e estimular a salvaguarda e revitalização do Centro Histórico, nomeadamente, através da realização de operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normativas urbanísticas do presente Título, institui-se a possibilidade de:*

- a) Conceder a isenção de pagamento de taxas municipais nas condições estipuladas no Artigo H-1/17.º;*
- b) Disponibilização de acompanhamento técnico a requerentes e técnicos, em sede de elaboração dos respetivos projetos;*

- c) Concessão de apoio técnico, ao nível da elaboração de projetos de arquitetura, a cidadãos que comprovem carência socioeconómica, a Juntas de freguesia e a instituições sem fins lucrativos.” (sublinhado nosso)*

Relativamente às **isenções e reduções de taxas**, aplica-se a Secção III, do Título I, da Parte H, do CRMB, dos artigos H-1/15.º a H-1/21.º.

No tocante às **isenções**, o CRMB estabelece a possibilidade de isenções subjetivas, em função da pessoa ou entidade que as requer- **artigo H-1/16.º**, bem como isenções relativas a operações urbanísticas no centro histórico – **artigo H-1/17.º**.

A competência para a concessão de isenções ou reduções é da Câmara Municipal, devendo, posteriormente, dar-se conhecimento das isenções e reduções concedidas, à Assembleia Municipal. (cfr. artigo H-1/18.º)

Importa, também, destacar o disposto no artigo H-1/19.º (fundamentação das isenções e reduções).

Conforme resulta do **artigo B-3/4.º** supra transcrito, as operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normas urbanísticas do Título B-3, poderão ser isentas de taxas, nos termos do definido no artigo H-1/17.º.

Por seu turno, dispõe o **artigo H-1/17.º**:

“1 – No âmbito dos incentivos previstos no Artigo B-3/4.º, o Município de Braga institui o programa de isenção de pagamento de taxas municipais, nas condições e preceitos a seguir enunciados:

- i. Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;*

- ii. *Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;*
- iii. *Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.*

2 - A isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise, não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor.”

4 - Enquadrada a questão, afigura-se-nos que à situação em apreço, se aplica o disposto no artigo H-1/17.º, cujo fundamento é, precisamente, tal como resulta da leitura conjugada da norma com o artigo B-3/4.º, o incentivo às operações urbanísticas aí elencadas, designadamente, às operações de reabilitação. É essa a razão de ser da norma: o incentivo e o incremento das operações de reabilitação e reconstrução nos edifícios do centro histórico.

Esta norma especial, não contendo nem contrariando o disposto no artigo H-1/19.º, norma geral e programática, de fundamentação geral, para os pedidos de isenção e redução, estabelece, no entanto, uma fundamentação específica e particular, a verificar, no caso concreto, para as situações que elenca.

Face ao exposto, parece-nos irrelevante a questão de saber quem (sujeito) requer a isenção e quais as condições económicas do requerente, uma vez que a isenção se aplica (ou poderá ser aplicável, desde que reunidos os pressupostos constantes do art. H-1/17.º) à operação urbanística, objetivamente considerada.

Assim, em jeito de conclusão, afigura-se-nos claro que a isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente), porque atribuída em função da concretização de determinada operação urbanística que se pretende incentivar, no âmbito do que vem sido sustentado nos diplomas legais supra analisados.

Este é s.m.o., o nosso parecer.

A Jurista,

João Bernardo
22/01/2019.

DMGAP

Concordo com a
interpretação da M.ª Ana Bernardo.
Remeter à M.ª Olga Pereira.
Como esta interpretação merece a
concordância do M.º Presidente,erei
de adoptar este entendimento, mas
e em todos os casos análogos.
Após despacho, remeter à Direcção
Financeira.
Cópia à DMUOP.

23/01/2019 *dy*